

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 346.771 - GO (2013/0157214-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : MASTER DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA  
**ADVOGADO** : MARCELO EURIPEDES FERREIRA BATISTA E OUTRO(S) -  
GO012885  
**AGRAVADO** : PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS  
**ADVOGADOS** : FABIANO DOS REIS TAINO E OUTRO(S) - GO021179  
LÍVIA DE ANDRADE RODRIGUES - GO026302

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial interposto por MASTER DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. SUSPENSÃO DO SERVIÇO DE COMBUSTÍVEL. AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO - ANP. CUMPRIMENTO À DETERMINAÇÃO DA LEI Nº 9.478/97 E DECRETO N. 2.455/98 DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA. DANO MATERIAL E MORAL. AUSÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. I. Os danos material e moral pleiteados não se materializaram pois, como noticiado nos autos, a conduta da apelada ao promover a suspensão do fornecimento de combustível, em nenhum momento, caracterizou ofensa à sua dignidade e honra, pois foi praticado no exercício regular de um direito reconhecido, pressuposta a liceidade do cumprimento de determinação superior (ANP), no termos do artigo 188 do Código Civil. O corte do fornecimento das cotas de combustíveis, homologados pela Agência Nacional de Petróleo - ANP, se deu em cumprimento à determinação, nos termos da Lei nº 9.478/97 e Decreto n. 2.455/98, do Conselho Nacional de Política Energética (fl. 523), cujo documento foi dirigido a todas as empresas distribuidoras que estariam requerendo judicialmente, o ressarcimento do ICMS recolhido pela companhia, em regime de substituição tributária. II. Não configurados nos autos os elementos imprescindíveis a gerar o dever de indenizar, consistentes na culpa do agente, dano e nexo de causalidade, correta a sentença que julga improcedente o pedido indenizatório. IV - O dano moral não prospera, quando ausente na alegada "difamação", a extrapolação dos limites do exercício regular do direito de informar e de criticar, ainda mais quando não demonstrados quais os termos difamatórios imputados à apelante. Apelação Cível conhecida e desprovida (fls.*

1486/1488).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

A recorrente alega ofensa aos arts. 10 da Lei 9.478/97, 7º, § 2º, e 22 do Decreto 2.455/98 e 186, 187 e 927 do CC, pretendendo, em síntese, o reconhecimento do direito a indenização por danos morais e materiais decorrentes de alegada suspensão indevida do fornecimento de combustível pela Petrobras.

Contrarrazões às fls. 1592/1602.

É o relatório. Decido.

Nos termos do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

A irresignação não merece prosperar.

Na espécie, o acórdão recorrido manteve sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados em ação de indenização por danos morais e materiais, proposta pela recorrente contra PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS.

Afirma a recorrente que tinha com a contrato de fornecimento de combustíveis, que foi indevidamente suspenso pela recorrida, em *"represália à ação onde se pleiteava o recebimento de valores oriundos de ICMS"* (fl. 1566). Sustenta que tal suspensão causou-lhe danos morais e materiais, os quais teriam sido comprovados por *"abundante documentação"* (fl. 1567) juntada. Aduz que a conclusão do acórdão recorrido (no sentido de que a recorrida agiu no estrito cumprimento do dever legal) baseou-se em documento que continha ressalva favorável a recorrente (por ter contrato direto de aquisição com a recorrida). Alega violação dos princípios da boa fé e da segurança jurídica.

A teor das razões,

*... a recorrente postulou noutra ação o direito a receber diferença de imposto devido pela recorrida. A partir daí a PETROBRÁS, em represália, e em flagrante abuso de direito e ilícito descumprimento do dever legal, arruinou a atividade econômica*

*da recorrente, pelo que esta deve ser indenizada pelos prejuízos experimentados.*

*O acórdão entendeu que a recorrida não tem qualquer responsabilidade, vez que agiu em conformidade com determinação da ANP (documento de fl. 627), todavia, a decisão vergastada não apreciou corretamente a prova dos autos, pois o referido documento contém exceção, ou seja, a determinação da ANP de suspensão de fornecimento de combustível, não era para atingir "as empresas que tivessem contrato direto de aquisição de produtos com a Petrobras".*

*O documento de fl. 627 diz claramente que ficaram excepcionadas as empresas que tivessem contrato direto de aquisição de produtos com a Petrobras. In casu, a recorrida, carreou aos autos o contrato firmado entre as partes, ou seja, o CONTRATO DIRETO DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS*

*Desta forma, o documento de fl. 627, que o acórdão admitiu como prova de que a Recorrida agiu no estrito cumprimento do dever legal, contém no seu parágrafo segundo ressalva "que as empresas que tivessem contrato direto com a Petrobrás não teriam as cotas zeradas". A Recorrente tinha contrato direto de aquisição com a Recorrida (fl. 1575).*

*Todavia, o acórdão não considerou que a recorrente teve que suspender totalmente suas atividades, encerrou contratos que estavam em vigor, bem como dispensou todos seus empregados por conta da suspensão do fornecimento de produtos derivados de petróleo, esses fatos por si só são suficientes para demonstrar o dano causado pela ação da PETROBRÁS.*

*Ademais, não cabia à ANP tomar tal iniciativa sem antes reportar-se ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade e à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, conforme art. 10 da Lei 9.478/97 (fls. 1576/1577).*

O tribunal de origem, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, bem como mediante análise soberana do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu, em acórdão suficientemente fundamentado, pela improcedência dos pedidos formulados pela recorrente, considerando que "os danos material e moral pleiteados não se materializaram pois, como noticiado nos autos, a conduta da apelada ao promover a suspensão do fornecimento de combustível, em nenhum momento, caracterizou ofensa à sua dignidade e honra, pois foi praticado no exercício regular de um direito reconhecido, pressuposta a liceidade do cumprimento de determinação superior (ANP), no termos do artigo 188 do Código Civil" (fls. 1486/1487).

Confirmam-se trechos do aresto recorrido:

*Depreende-se dos autos que a empresa apelada desenvolve suas atividades vinculadas a determinações expressas da ANP (Agência Nacional de Petróleo), sem, contudo, deter qualquer autonomia para decidir sobre o fornecimento dos derivados de petróleo. Portanto, tendo a ANP emitido ordem expressa do zeramento de cotas a determinadas empresas distribuidoras de petróleo, não poderia a recorrida descumprir tal determinação.*

*(...)*

*Eis o teor do documento, correspondente às fls. 627, volume 04, in verbis:*

*"ANP DETERMINA QUE PETROBRÁS SUSPENDA VENDA DE COMBUSTÍVEIS A DISTRIBUIDORAS QUE REQUEREM ICMS.*

*"A Agência Nacional do Petróleo (ANP) determinou à Petrobrás que suspenda a partir do dia 1º de agosto o fornecimento de combustíveis para as distribuidoras que estão requerendo na Justiça o ressarcimento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) recolhido antecipadamente pela companhia, em regime de substituição tributária.*

*As quotas de compra de combustíveis destas distribuidoras nas refinarias, estabelecida mensalmente pela ANP, serão reduzidas para zero, com exceção das empresas que tiverem contrato direto de aquisição de produtos com a Petrobrás.*

*A determinação da ANP está sendo tomada em caráter preventivo, tendo em vista a desorganização do mercado de combustíveis causado pelo procedimento das distribuidoras, que poderá desequilibrar a concorrência entre as empresas".*

*A despeito da alegada invalidade de tal documento, extrai-se que a matéria foi veiculada nos jornais "O Globo", "Gazeta Mercantil", "Extra", "Jornal do Brasil", "O Popular" e "CBN", conforme se constata de fls. 629/634, vol. 04 destes autos, sendo pois, inegável a validade de tal comunicação atendendo determinação da ANP - Agência Nacional de Petróleo.*

*Sob esse aspecto, o magistrado singular com pertinência explanou que:*

*... a requerida demonstra que ao suspender o fornecimento de combustíveis, fê-lo em cumprimento à determinação da Agência Nacional de Petróleo - ANP,*

*responsável pela regulação e fiscalização das atividades integrantes da indústria de petróleo, nos termos da Lei nº 9.487/97 e Decreto nº 2.455/98, do Conselho Nacional de Política Energética".*

*Não obstante, é necessário salientar, que não se inclui na competência da Petrobrás, ora apelada, o aumento ou diminuição de cotas de fornecimento de derivados de petróleo às distribuidoras, mas sim, exclusivamente à ANP, entidade governamental com poderes para tanto. Assim, sendo a ANP a única entidade nacional munida de competência para atribuir e determinar as regras vigentes no mercado petrolífero do país, determinou à apelada que a partir de 1º de agosto de 2001, tornasse suspenso o fornecimento de combustíveis à apelante, reduzindo a zero as quotas de compra de combustíveis da mesma.*

*A ora apelada/Petrobras, por consequência, estando diretamente subordinada às mesmas normas ditada pela ANP, cumpriu as referidas determinações.*

***Nota-se, portanto, que não houve nenhuma ilegalidade ou abuso de poder no ato praticado pela Petrobrás tendo a mesma atuado em estrito cumprimento ao seu dever legal.***

*(...)*

***No caso, entendo que o dano material e moral pleiteado não se materializaram pois, como noticiado nos autos, a conduta da apelada ao promover a suspensão do fornecimento de combustível, em nenhum momento, caracterizou ofensa à sua dignidade e honradez, pois foi praticado no exercício regular de um direito reconhecido, pressuposta a liceidade do cumprimento de determinação superior (ANP), nos termos do artigo 188 do Código Civil...***

*(...)*

*Assim, ante a ausência dos requisitos precitados que autorizam a reparação civil, não há dever indenizatório, visto que a demandada agiu conforme o disposto no artigo 188, inciso I, do Código Civil, não ocasionando os danos descritos na exordial.*

*Portanto, quanto aos danos materiais entendo que não merece guarida a pretensão recursal da parte demandada, pelas razões deduzidas. Releva ponderar que, quando da ocorrência de um dano material, duas subespécies de prejuízos exsurtem desta situação, os danos emergentes, ou seja, aquele efetivamente causado, decorrente da diminuição patrimonial sofrida pela vítima; e os lucros cessantes, o que esta deixou de ganhar em razão do ato ilícito.*

***É oportuno destacar que o pleito de dano material formulado na***

*inicial, não veio corroborado pelo devido suporte probatório. Ainda que haja a alegação de investimentos na marca da empresa, para conquista mercadológica, tal fato em liame algum reflete qualquer resultado os ditos danos materiais, pois presume-se que referidos investimentos são necessários a todo tipo de comércio.*

*Assim, a suspensão do fornecimento de combustíveis, a apelada não pode ser responsabilizada, posto que, somente cumpriu determinações anteriormente destacadas.*

*(...)*

*No que tange à indenização por danos morais, igualmente entendo que não merece guarida a pretensão da parte autora, uma vez que, somente os fatos e acontecimentos capazes de romper com o equilíbrio psicológico do indivíduo devem ser considerados para tanto, sob pena de ocorrer uma banalização deste instituto.*

*Ressalto que, o corte do fornecimento das cotas de óleo e gasolina, homologados pela Agência Nacional de Petróleo - ANP, como asseverado anteriormente, se deu em cumprimento à determinação, nos termos da Lei n. 9.478/97 e Decreto n° 2.455/98, do Conselho Nacional de Política Energética (fl. 523). Tal documento foi dirigido a todas as empresas distribuidoras que estariam requerendo judicialmente, o ressarcimento do ICMS recolhido pela companhia, em regime de substituição tributária.*

*No que diz respeito as matérias constantes no site da empresa requerida, reputadas difamatórias à parte autora, não merecem guarida.*

*Como bem explanado pelo magistrado singular às fl. 1.784:*

*... a questão envolvendo as ações judiciais promovidas por várias distribuidoras de combustíveis em face da Petrobras, que se iniciaram a partir do ano 2000, tornou-se pública e notória em todo o país, quando os debates deixaram os autos dos processos para chegar aos mais diversos meios de comunicação, com discussões acirradas" (fls. 1472/1482).*

Nesse contexto, eventual alteração dessa conclusão demandaria necessariamente revolvimento de matéria fática, inviável em recurso especial (Súmulas 5 e 7/STJ).

A propósito:

**AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. SUSPENSÃO DO SERVIÇO DE**

*FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL. DANO MATERIAL E MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.*

*1. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da produção probatória, necessária à formação do seu convencimento.*

*2. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ).*

*3. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp 276.557/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe, 5.10.2016).*

Ante o exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**  
Relator